

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO  
MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA  
ESTADO DO PIAUÍ.

PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO.  
INEXIGIBILIDADE. CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO PARA SERVIÇOS  
ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA DO  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA - PI,  
PARA ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES  
DA GESTÃO, A FIM DE DIRECIONAR O  
EMPREGO DOS RECURSOS, GARANTINDO UM  
MELHOR CUSTO BENEFÍCIO E SATISFAÇÃO  
DA POPULAÇÃO; ANÁLISE, ELABORAÇÃO DE  
RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DE  
IMPLEMENTAÇÃO, ASSIM COMO  
SEGUIMENTO E ANÁLISE DE RESULTADOS;  
APONTAMENTO DAS NÃO CONFORMIDADES  
NOS PRONTUÁRIOS, ASSIM COMO NO  
DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS;  
ORIENTAÇÃO E DIRECIONAMENTO QUANTO  
ÀS NECESSIDADES DE AJUSTES;  
ORIENTAÇÕES QUANTO ÀS POSSIBILIDADES  
DE BUSCAR RECURSOS.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

O Gabinete do Prefeito, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, submete à apreciação desta Assessoria o procedimento administrativo, que culminou na inexigibilidade do processo licitatório para CONTRATO DE PRESTAÇÃO PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA - PI, PARA ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES DA GESTÃO, A FIM DE DIRECIONAR O EMPREGO DOS RECURSOS, GARANTINDO UM MELHOR CUSTO BENEFÍCIO E SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO; ANÁLISE, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO, ASSIM COMO SEGUIMENTO E ANÁLISE DE RESULTADOS; APONTAMENTO DAS NÃO CONFORMIDADES NOS PRONTUÁRIOS, ASSIM COMO NO DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS; ORIENTAÇÃO E DIRECIONAMENTO QUANTO ÀS NECESSIDADES DE AJUSTES; ORIENTAÇÕES QUANTO ÀS POSSIBILIDADES DE BUSCAR RECURSOS, referentes à orientação legal ao Município, nos termos do art. 25, II, c/c art. 13, III e VI, da Lei nº 8.666/93, todos do diploma legal acima citado.

Dos autos do processo, constam todos os documentos requeridos pela lei nº 8.666/93, suficientes para desencadear regularmente o procedimento.

É o relatório, passamos a opinar.

O procedimento administrativo em análise seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, inclusive em relação ao que dispõe o Art. 26, em seu Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

Conforme as características dos serviços objeto deste procedimento, esta Comissão verificou que se enquadra no rol do art. 25, II, c/c art. 13, III e VI, da Lei nº 8.666/93, sendo assim, inexigível a licitação nos termos do mesmo diploma legal.

Analisada a documentação apresentada pela empresa, **CLINICA TEMPONI GARCIA E ROCHA CARDOSO LTDA, CNPJ: 11.171.090/0001-08**, verificou-se, que a mesma presta os serviços que o Município pretende utilizar.

Demonstrada a necessidade da prestação dos serviços, indispensável é a realização do procedimento administrativo.

O art. 25, II, c/c art. 13, III e VI, da Lei nº 8.666/93, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê que na contratação aqui pretendida, é inexigível a realização do procedimento licitatório mais complexo, respaldando a legalidade desta contratação, senão vejamos:

*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

*(...)*

*“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);*



(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

Diante da documentação acostada aos autos e de sua análise, resta claro que a contratação da empresa, é a mais adequada à plena satisfação dos fins buscados nesta contratação.

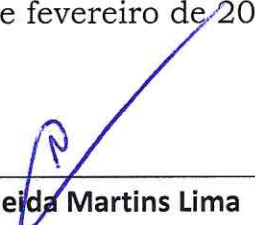
Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, exigidos no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do contrato administrativo nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, bem como comprovante de informativo ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Desta forma, esta assessoria entende que a Comissão Permanente de Licitação agiu de acordo com a determinação legal, especialmente em relação às exigências da Lei nº 8.666/93, ao se posicionar no sentido de realizar a contratação direta do **CLINICA TEMPONI GARCIA E ROCHA CARDOSO LTDA, CNPJ: 11.171.090/0001-08**, por entender ser inexigível a realização de procedimento licitatório mais complexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Água Branca (PI), 02 de fevereiro de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Alexandre de Almeida Martins Lima  
Assessor Jurídico  
OAB-PI nº 274-B